

ESMERALDO MANÇANO – CAP QOPM

**TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NA POLÍCIA MILITAR:
ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas , da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Policial.

**CURITIBA
2003**

“Dedico o presente a Deus, que me orientou a estar aqui, dando força, ânimo e, acima de tudo graça.

À minha família, pelo apoio e paciência nos momentos que estive ausente”.

Agradeço aos mestres da Universidade Federal do Paraná e aos Oficiais da Polícia Militar, que com sabedoria repassaram o conteúdo do curso que ora se finda e com camaradagem realicerçaram a afirmativa de que a união faz a força.

Da mesma forma, aos colegas de turma, bem como a todos aqueles que sempre me incentivaram, muito obrigado pela paciência e pelo carinho dispensados.

*“Porque melhor é a sabedoria do que os rubis;
e de tudo o que se deseja nada se pode comparar
com ela”.*

(Salomão, Bíblia Sagrada)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANESTADO	- Banco do Estado do Paraná;
CE	- Constituição Estadual;
CF	- Constituição Federal;
CTN	- Código Tributário Nacional;
DF	- Distrito Federal;
FUNRESTRAN	Fundo de Reestruturação de Trânsito;
FUMPM	- Fundo de Modernização da Polícia Militar;
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil;
PGE	- Procuradoria-Geral do Estado;
PM	- Policial-Militar;
PMPR	- Polícia Militar do Paraná;
RJ	- Rio de Janeiro;
STF	- Superior Tribunal Federal;
TJSP	- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
TSP	- Taxa de Segurança Preventiva;
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
SUMÁRIO	vii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA	4
2.1 REALIZAR LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOS EVENTOS	4
2.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA TESE	4
2.3 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA COLETAS E AVALIAÇÃO DA TSP, COM ESTUDO EM OUTROS ESTADOS	4
3 DESENVOLVIMENTO	5
3.1 INSTITUIÇÃO E TRAJETÓRIA DA TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ	5
3.1.1 Taxa	5
3.1.2 Segurança Pública	5
3.1.3 Ordem Pública	6
3.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ	10
3.2.1 A Constituição e os Direitos e Garantias Fundamentais	13
3.2.2 Fundamentação para a Cobrança da Taxa de Segurança Preventiva, de Acordo com a Lei nº 10.236	17
3.2.3 Motivos para a Geração da Cobrança da Taxa de Segurança Preventiva	19

3.2.4 A Ação Pública como Característica Fundamental das Atividades Policiais Militares	21
3.2.5 A Ética e a Atividade Policial Militar	24
3.3 A TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA EM OUTROS ESTADOS	26
3.3.1 A Taxa de Segurança Preventiva em São Paulo	26
3.3.2 A Taxa de Segurança Preventiva no Distrito Federal	27
3.3.3 A Taxa de Segurança Preventiva em Minas Gerais	28
3.3.4 A Taxa de Segurança Preventiva em Santa Catarina	30
3.3.5 A Taxa de Segurança Preventiva no Ceará	34
3.3.6 A Taxa de Segurança Preventiva no Pará	34
3.4 LEGISLAÇÃO REFERENTE À TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ	35
3.4.1 Lei nº 10.236 de 28 Dez 92 – institui a TSP – Taxa de Segurança Preventiva e cria o FUMPM	35
3.4.2 Anexo à Lei nº 10.236 que Institui a Taxa de Segurança Preventiva no Paraná	39
3.4.3 Decreto nº 3.471 – FUMPM	43
3.4.4 Anexo a que se refere o Decreto nº 3.471.....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO – ANTEPROJETO	55

RESUMO

MANÇANO, Esmeraldo – Cap QOPM. **Taxa de Segurança Preventiva na Polícia Militar: Análise Crítica.** Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná; São José dos Pinhais: 2003, 56 pp. Com o intuito de analisar a forma e legalidade da aplicação da Taxa de Segurança Preventiva na Polícia Militar do Paraná, o presente estudo buscou fazer uma análise crítica, entendendo ser ilegal tal procedimento. Para tanto, iniciou-se com uma introdução a respeito do assunto; após isso foi retratada qual a metodologia aplicada, a qual realizou levantamento histórico dos eventos, a fundamentação legal da tese e a análise dos critérios para coletas e avaliação da Taxa de Segurança Preventiva, com estudo em outros estados; passando-se na sequência ao capítulo destinado ao desenvolvimento, o qual inicialmente tratou da instituição e trajetória da Taxa de Segurança Preventiva no Paraná, conceituando taxa, segurança pública e ordem pública. Seqüencialmente tratou da fundamentação legal da taxa no Paraná, com abordagens da Constituição Federal, Decreto-Lei nº 2.010, que altera a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais; uma fundamentação ainda sobre a Lei nº 10.236, que instituiu a Taxa de Segurança Preventiva no Estado. Os motivos para a geração da cobrança da Taxa de Segurança Preventiva; sobre a ação pública como característica fundamental das atividades policiais militares e ainda sobre a ética e a atividade policial militar. Item seguinte, tratou da Taxa de Segurança Preventiva em outros estados da nação, como São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Pará, passando logo após a relatar a legislação referente à Taxa de Segurança Preventiva no Paraná, Lei nº 10.236, que institui a Taxa de Segurança Preventiva e cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar do Paraná e seu anexo, que é a tabela referencial para o cálculo e cobrança da Taxa de Segurança Preventiva; Decreto nº 3.471 que aprova o Regulamento do Fundo de Modernização da Polícia Militar, bem como seu anexo; retratando ao final de tudo a opinião imposta pelo autor, contrária a tal cobrança, através do exposto nas considerações finais. **Palavras-chave:** TSP, Taxa de Segurança Preventiva, FUMPM.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo fazer uma análise crítica da Taxa de Segurança Preventiva (TSP), instituída pela Lei Estadual nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, para viabilizar recursos financeiros para o Fundo de Modernização da Polícia Militar (FUMPM), além de adotar outras providências relacionadas com a iniciativa.

Lamentavelmente, se por um lado, o Estado do Paraná operou uma verdadeira revolução na doutrina de segurança pública, ao fazer desta uma fonte de renda para os seus cofres, por outro lado, vem provocando conflitos e ameaças à imagem de sua administração, aliás, modelo em muitas iniciativas e projetos na área pública e, em particular, na de segurança pública. A gravidade da infausta inovação consiste em onerar um serviço público essencial, cujo monopólio estatal deve ser canalizado para a defesa do Estado e das instituições democráticas, como condição fundamental para atingir-se o bem comum, contrariando normas expressas da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de decisões já proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, além de outros dispositivos do ordenamento jurídico vigente, mediante a instituição de taxa.

O Estado teve sua gênese condicionada à prestação de certos serviços e à persecução de determinados fins em prol de seus cidadãos. Esse o motivo pelo qual os cidadãos abriram mão de parcerias de liberdade e criaram um ente maior que, sobrepairando a todos, conduzir-lhes-ia ao bem comum.

Numa flagrante *“alteração unilateral do pacto social”*, o ente estatal tem colocado em segundo plano o norte de que deveria perseguir em prol da população, passando a condicionar a execução eficiente dos serviços para os quais foi criado à obtenção de mais receitas.

Em virtude deste despautério, somos surpreendidos dia a dia com exações que olvidam o ordenamento jurídico posto, e desconfiguram o Estado em seu cerne.

Parece-nos exemplo disto a pretensa instituição de taxa para custear a

segurança pública, uma função eminentemente estatal.

Cientes do acima exposto, foi que resolvemos realizar esta análise, procurando sanar a seguinte questão: **qual o impacto da cobrança da Taxa de Segurança Preventiva para a Polícia Militar do Paraná**

Visando divorciarmo-nos da emissão leviana de juízo de valores, elegemos a indigitada taxa como objeto do presente estudo, que pretendeu averiguar se esta exação comunga com os valores e princípios prestigiados no ordenamento jurídico brasileiro.

A propósito, tomando como referência o conceito da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA e das respectivas especificações dos fatos geradores, até para o leigo na matéria em destaque, ou mesmo, para o profissional de polícia menos informado, indubitavelmente, salta às vistas de que a iniciativa é questionável, não apenas sob o ponto de vista da legalidade tributária e da doutrina de emprego da força policial, mas sobretudo, da própria atuação deontológica da Corporação.

Percebemos que o legislador estadual, notadamente, levado a basear-se em pressupostos equivocados, além de infeliz na abordagem do fato posto em ordem, distorceu conceitos doutrinários a respeito das missões das polícias militares e do **dever** abstrato do Estado para com a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

Como justificativa do presente trabalho, temos o gradativo afastamento do atuar deontológico do profissional de Polícia Militar, isto é, do verdadeiro sentido da missão. Esta, além de fundamental, transcende as atividades das polícias militares na preservação da ordem e da tranquilidade pública. Em outras palavras, no resguardo da sociedade contra as ameaças à preservação e atuações nefastas de elementos da sociedade. Temos ainda a justificativa relacionada aos sistemáticos e reduzidos aportes de recursos destinados à Polícia Militar pelos sucessivos governos do Estado, ao longo das últimas décadas

Este estudo pretende buscar subsídios que evidenciem a ilegalidade da

aplicação da referida taxa em eventos onde haja aglomeração de pessoas, cessando sua cobrança.

Especificamente serão previstos o confronto entre fontes de informação a realizar o levantamento histórico dos eventos, fundamentar legalmente a tese defendida.

2 METODOLOGIA

2.1 REALIZAR LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOS EVENTOS

Para alcançar este objetivo específico, através de pesquisa bibliográfica, buscou-se conceituar seus princípios básicos, bem como amparo legal, que auxiliaram no entendimento do que seja Taxa de Segurança Preventiva, bem como relatou sua trajetória até este momento.

Foram utilizados critérios para coletas e avaliação da Taxa de Segurança Preventiva, com estudos em outros Estados, a contrapartida da Polícia Militar para o recebimento da taxa, e busca bibliográfica de legislações existentes.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA TESE

Foram realizadas pesquisas documentais abordando a legislação que regula a matéria, bem como pesquisa bibliográfica para consolidar a tese do autor deste trabalho e legislações reguladoras da Taxa de Segurança Preventiva, bem como pareceres jurídicos e súmulas sobre o assunto.

2.3 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA COLETAS E AVALIAÇÃO DA TSP, COM ESTUDO EM OUTROS ESTADOS.

Este objetivo foi alcançado por meio de uma pesquisa bibliográfica, com análise comparativa com outros Estados

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 INSTITUIÇÃO E TRAJETÓRIA DA TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ

Primeiramente, vale ressaltar certos conceitos que irão melhorar o entendimento do assunto:

3.1.1 Taxa

O dicionário Aurélio nos traz a seguinte definição de taxa: **“s.f. Imposto; regulamento para o preço dos gêneros ou mercadorias; preço, conforme os regulamentos; razão do juro; (jur.) contribuição por um serviço público especificado, feito em favor de um determinado indivíduo, e que só é exigível depois de efetivamente prestado, no que se diferencia do imposto”** (FERREIRA, 1986, p.1.456)

Encontramos também a definição de taxa no inciso II, do artigo 145, da Constituição Federal:

“Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição”. (CF, 2000).;

3.1.2 Segurança Pública

De Plácido e Silva diz ser Segurança Pública: **“o afastamento, por meio**

de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal, que possa afetar a *ordem pública*, em prejuízo da vida, da liberdade, ou dos direitos de propriedade do cidadão. A *segurança pública*, assim, limita às liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a”.¹

3.1.3 Ordem Pública

A noção de ordem pública, que é mais fácil ser sentida do que definida, resulta, como escreveu Salvat, de um conjunto de princípios de ordem superior, políticos, econômicos, morais e algumas vezes religiosos, aos quais uma sociedade considera estreitamente vinculada a existência e conservação da organização social estabelecida.

De Plácido e Silva diz entender-se por ordem pública **“a situação e o estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto. Não se confunde com a ordem jurídica, embora seja uma consequência desta e tenha sua existência formal justamente dela derivada”**.²

Os órgãos de Segurança Pública desenvolvem, continuamente, por meio de seus setores competentes, estudos destinados a proporcionar maior segurança ao cidadão. Assim, é que a Polícia Militar do Paraná (PMPR) tem como um dos seus objetivos principais melhorar, cada vez mais, a qualidade dos serviços prestados à população paranaense. No entanto, a realidade econômica nacional impõe à administração pública a priorização e direcionamento de recursos orçamentários

¹ De Plácido e Silva, *Vocabulário Jurídico*, citado, verbete “Segurança Pública”, vol. IV, p. 1.417.

² De Plácido e Silva, *Vocabulário jurídico*, verbete “Ordem Pública”, 1ª ed., Forense, 1963, vol. III,

para tentar sanar os múltiplos problemas sociais existentes; e a segurança pública, até bem pouco tempo, infelizmente, jamais recebera tratamento prioritário.

Com isso, pode-se imaginar as dificuldades da corporação para cumprir seus objetivos. Urgia a necessidade de se buscar uma forma de obter recursos financeiros para possibilitar a melhoria dos serviços de segurança, sem diminuir recursos orçamentários destinados a outras necessidades básicas (habitação, saúde, educação, etc.) da nossa população.

Desse contexto, decorreu a lei instituindo a *Taxa de Segurança Preventiva (TSP)* e o *Fundo de Modernização da Polícia Militar do Paraná (FUMPM)*, antigas aspirações dos profissionais de segurança pública, concretizadas pelo trabalho de oficiais da 1ª Seção do Estado-Maior/PMPR e pela inequívoca sensibilidade e responsabilidade pública demonstrada pelos Poderes Executivo e Legislativo Estaduais.

O caráter inovador desses instrumentos legais trouxe consigo algumas dúvidas por ocasião de sua efetiva aplicação, seja pelo aspecto negativo de que se reveste todo e qualquer tipo de tributo, seja pela inexperiência no trato de questões afetas ao direito tributário, fato absolutamente incomum para a PMPR ao longo de mais de um século de existência. Por outro lado, com o advento da lei nº 10.236/92, a instituição policial militar paranaense assume a condição de órgão estatal de direito público interno capaz de gerar receita por meio da cobrança da Taxa de Segurança Preventiva (TSP) por serviços prestados, também uma situação inusitada.

A Lei Estadual nº 10.236 de 28 Dez 92, institui a cobrança da Taxa de Segurança Preventiva por policiamento ostensivo preventivo, bem como no seu bojo criou o FUMPM (Fundo de Modernização da Polícia Militar) e outras fontes de arrecadação.

A Federação Paranaense de Futebol rebelou-se contra o pagamento da aludida taxa e acorreu à “bancada da bola” na Assembléia Legislativa do Paraná, conseguindo aprovar a Lei Estadual nº 12.036 de 14 Jan 98, retirando da Lei

Estadual nº 10.236 a expressão futebol, numa flagrante discriminação às demais modalidades esportivas e outros eventos que ficaram à própria sorte.

A intenção da Corporação com a Lei Estadual nº 10.236, era buscar recursos (TSP) principalmente nos eventos futebolísticos. Impossibilitada, a Lei perdeu a sua finalidade.

Mesmo aprovada a Lei Estadual 12.036/98, a Federação Paranaense de Futebol precisou oficializar a Polícia Militar, solicitando abolir a TSP, tendo em vista liminar do STF que mandou suspender os efeitos de uma lei do Pará, idêntica a do Paraná, por entender ser a mesma ilegal.

O Comandante-Geral, com base no Parecer da PGE, mandou suspender a cobrança, no entanto foi orientado a manter a cobrança deixando a quem julgasse prejudicado, recorrer ao judiciário.

A Lei paranaense, que é do ano de 92, foi copiada pela PM do Pará e aprovada por aquele Estado, sendo a mesma suspensa por liminar do STF em 05/05/99, ajuizada pelo Conselho Federal da OAB.

O Estado do Ceará também copiou a mesma lei paranaense que lá é a Lei Estadual nº13.084, de 29 Dez 2000, mas o Partido Comunista do Brasil, através da ADIN nº 2424-8, suspendeu, junto ao STF, os efeitos da aludida lei.

Com a decisão do STF, a Polícia Militar consultou a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, indagando como ficava a situação da Lei Paranaense, tendo a Procuradoria aconselhado que a PMPR buscasse as vias legislativas para alterar a aludida lei, com vistas a sanar as flagrantes ilegalidades, afirmando que:

- *A Segurança Pública é indivisível, beneficia a todos e não pode ser quantificada para ser cobrada por taxa por quem a requereu.*

- *Os serviços públicos prestados a um número indeterminado de pessoas não são remuneráveis pela taxa.*

- *São remunerados por taxa os serviços públicos específicos de utilização individual e mensurável (ex.: água, energia elétrica, telefonia, etc)*

- *O beneficiário da segurança pública não é o requerente organizador do evento e sim o público em geral.*

- *Segurança pública é dever do Estado e deve ser mantida por impostos. (PGE, 2000)*

Os clubes de futebol resolveram não pagar a TSP, com isto o Comandante-Geral da PMPR solicitou a PGE, promotoria fiscal, a cobrança judicial dos débitos pendentes. Naquela oportunidade a PGE aventou a impossibilidade da cobrança por não haver decreto de regulamentação.

A PMPR, até a presente data, não se interessou em regulamentar a matéria, primeiro para evitar que se aflorassem as ilegalidades da lei, deixando ao judiciário decidir por iniciativa de quem se julgar prejudicado.

Ocorre que o Ministério Público, iniciando por Maringá, vem ajuizando Ação Civil Pública contra os comandantes de batalhões que não estão cobrando a TSP, inclusive cobrando dos organizadores de eventos, o policiamento colocado dentro do local do evento bem como do lado de fora e imediações.

A Lei Paranaense, ao contrário da Lei do Pará, ardilosamente afirma que a TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA é cobrada por "vigilância", realizada pela PM e não por policiamento preventivo. Ocorre que nas Ordens de Serviço, os batalhões confessam que a PM está cobrando por policiamento ostensivo preventivo, no anexo da própria lei o legislador se condena ao enumerar os eventos que serão objeto da TSP, quando realizado policiamento preventivo. Vigilância é serviço realizado por empresa de segurança privada.

O anexo da Lei Estadual 10.236 determina a cobrança da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA por certidão e cópia de documentos fornecido ao particular para defesa de seus direitos. O valor gira em torno de R\$ 0,90 (noventa centavos) impingindo ao contribuinte uma verdadeira tortura burocrática para recolher a ínfima importância em agências bancárias, além de contrariar princípios constitucionais.

Em 06 de Maio 2003 foi protocolado, junto à Assembléia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do Deputado Miltinho Púpio, propondo alteração no Art.. 8º, § 2º da referida lei, isentando do pagamento da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA as Exposições-Feira

3.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ

Como ensina Diogo de Figueiredo Moreira Neto, no caso das Forças Armadas e das polícias militares dos Estados, o **poder-dever** de agir em consequência da perturbação da ordem pública, estrutura um sistema de competência que se funde no binômio **intensidade e periculosidade** da perturbação. E podemos acrescentar mais, do qual o Estado-Membro não detém o monopólio, nem tampouco a direção exclusiva, mas participa com certa parcela de responsabilidade e dentro de certos limites.

Este sistema de competência, continua o destacado mestre, de que fazem parte as Forças Armadas, na esfera federal, e as polícias militares, no plano estadual, decorre da própria Constituição Federal (Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas) Constituição Estadual (Capítulo IV – Da Segurança Pública), do Decreto-Lei nº 667, de 03 de julho de 1969 (com as alterações de seus artigos 3º e 4º definidas pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, complementados com outros subsídios doutrinários, incluindo-se neste particular o Decreto Federal nº 88.540, de 20 de julho de 1983, que regulamenta a convocação das polícias militares prevista no artigo 3º do Decreto-Lei nº 667/69.

Segundo a norma constitucional superior, a Segurança Pública, no que cabe às polícias militares, está assim definida:

“Art. 144. A Segurança Pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da

incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

.....
V – policiais militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas na lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (CF, 2000, p.70).

Convém ressaltar que a atividade de polícia ostensiva de preservação e repressão da criminalidade é exercida, não apenas em relação à segurança pública, onde estão presentes os interesses do cidadão e da comunidade. É exercida, da mesma forma, em razão do elevado interesse da defesa do próprio Estado, caracterizando a **missão síntese das polícias militares**, segundo as normas do Decreto-Lei 2.010, de 12 jan 83, que altera o Decreto-Lei 667, de 02 Jul 69, pelas quais, reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências:

“Art. 1º Os artigos 3º, 4º, 6º e 7º do Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares no âmbito das respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de forma preventiva, como força de dissuasão em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das forças armadas.

d)

§ 1º

.....

§ 3º Durante a convocação a que se refere a letra "e" deste artigo, que não poderá exceder o prazo máximo de 1 (um) ano, a remuneração dos integrantes da Polícia Militar e as despesas com a sua administração continuarão a cargo do respectivo Estado-Membro".

Há que considerarmos, ainda, nesta mesma linha de raciocínio, o delineamento de expresso dispositivo legal, pelo qual é vedada a alienação das atividades policiais militares. Com meridiana clareza, o artigo 45 do Decreto Federal nº 88.777, que regulamenta o Decreto-Lei 667/69, estabelece que: ***"A competência das Polícias Militares estabelecida no artigo 3º, alíneas "a, b e c" do Decreto-Lei 667, de 02 de Julho de 1969, na redação modificada pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de Janeiro de 1983, e na forma deste regulamento é intransferível, não podendo ser delegada ou objeto de acordo ou convênio"*** (sem o grifo no original).

Em termos constitucionais e infraconstitucionais, estes em perfeita harmonia com aqueles, têm sido tradição no Brasil, não se esgotar nos governos estaduais, a direção das atividades das polícias militares, inclusive, com relação às suas vinculações operativas na segurança pública, até para evitarem desvios doutrinários acerca do seu emprego. Este, por sua vez, relacionado ao Sistema de Defesa Nacional, em decorrência do papel de forças auxiliares e reservas do Exército.

Ora, não é por outra razão que, superada a capacidade de enfrentamento pelo governo estadual e esgotados os instrumentos próprios responsáveis pela

segurança pública destinados à preservação da ordem pública, caracterizando-se o quadro de **grave perturbação da ordem pública**, pode ser decretada a intervenção federal (CF, Art. 34, III), inclusive com a participação das Forças Armadas. Seja dito, de passagem, que a possibilidade de emprego nesse campo, mais especificamente do Exército, foi introduzida pela Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, legitimando a participação destas, ainda na fase da segurança pública, em conformidade com o expresso no parágrafo 2º, do artigo 8º da referida Lei Complementar.

Diante desse quadro, emerge a seguinte indagação: é possível, então, que tal empenho, ou seja, para viabilização do referido tributo, encontrasse guarida na Constituição Estadual? **A resposta é simplesmente negativa**, como adiante podemos inferir. O Constituinte paranaense guardou a devida coerência e o estrito respeito às diretrizes da Constituição Federal, particularmente no que se refere à segurança pública e à Polícia Militar. E, neste caso específico, ao estabelecer a competência do Estado (CE, Art. 11-14), em nenhuma das hipóteses expressas – quer seja em **comum** com a União e os Municípios ou **concorrentemente** com a União – , fixou capacidade para legislar sobre organização e garantias da Polícia Militar, ao contrário do que, expressamente, firmou em relação à Polícia Civil. Ademais, o parágrafo 1º do artigo 13, ainda, em observância ao nível de coerência já mencionado em relação à Constituição Federal, esclarece de maneira insofismável que o Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União, que no caso da Segurança Pública, reservou para si esta prerrogativa pelo disposto no parágrafo 7º do artigo 144 e, no fato em particular e de modo **privativo**, em relação às polícias militares, pelo inciso XXI, do artigo 22, tudo da Constituição Federal.

3.2.1 A Constituição e os Direitos e Garantias Fundamentais

“Capítulo I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I.....

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização, desde que não frustrem outra reunião, anteriormente convocada pelo mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXXIII – todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvada aquelas cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

LXXVII – são gratuitas as ações de “habeas corpus” e “habeas data”, e na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.”

Conforme enfatizou o Desembargador do TJSP Álvaro Lazzarini, em palestra no I SEMINÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA AMAZÔNIA – A Prevenção da Criminalidade - , em comentário ao artigo 5º, caput, da Constituição, em relação à importância capital da polícia:

“Verdadeira cláusula pétrea, o artigo 5º, caput, da Constituição de 1988 impõe a

inviolabilidade, à segurança e à propriedade nas condições que explicitamos seus incisos, que cuidam dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. A polícia, assim, tem importância capital para o respeito desses direitos e garantias fundamentais da cidadania e, portanto, para a realização do bem comum.” (TORRES, 1998, p.134)

Nos devidos termos, em continuidade, bem expressa o eminente conferencista: “A norma constitucional tutela de forma expressa e irrestrita, os **direitos individuais e coletivos** e, quando se refere de forma específica a **segurança**, não o faz levando-se em consideração, apenas ao elemento material de proteção”. Aliás, como se aduz da Lei Estadual nº 10.236/92, em seu artigo 2º, pela ênfase na vigilância e segurança. Ao contrário, **a segurança deve ser entendida como um valor supremo**, necessário e imperativo à convivência humana, em prol da realização pessoal de cada indivíduo e no interesse maior do bem comum, juntamente, com os demais direitos essenciais ali alinhados, e somente podem ser garantidos pelo Estado, segundo o que se infere da invocação expressa no próprio preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil. Por conseguinte, sem a manifestação do Estado-Membro, através da polícia ostensiva de preservação da ordem pública, é impossível concebermos o exercício da cidadania, expresso no inciso II do artigo 1º da Constituição, como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Quanto ao conceito de reunião, segundo o entendimento de diversos constitucionalistas, não apenas estão incluídas as passeatas e manifestações nos logradouros públicos, como também a celebração de uma festa, a comemoração de um acontecimento, a expressão de uma homenagem ou de uma reivindicação.

No espírito da norma superior, está implícito o dever do Estado, - no caso a polícia – **proteger** o princípio democrático da reunião, livre e pacífica, sem qualquer outra contrapartida, em especial, de indenização ou taxa de ressarcimento, para a proteção do exercício dos direitos individuais. A mesma norma, para o livre exercício

da cidadania, expressamente, estabelece a gratuidade, a qual por sua vez, também é direito.

É, portanto, dever de ofício de garantir a realização de reunião, independente do pagamento de ingresso ou não. Entender de maneira diversa, é na verdade, voltarmos as costas ao dever profissional, além de dificultarmos, pela vinculação do exercício do poder de polícia, a própria defesa do Estado, a defesa da sociedade e, sobretudo, consoante ao que já enfatizamos, a defesa da supremacia do Direito.

Em se tratando de eventos desportivos, mesmo com a cobrança de ingressos, como poderão as respectivas autoridades imporem a lei e a disciplina nas práticas desportivas, particularmente naquelas consideradas formais, onde as possibilidades de perturbação potencial e iminente da ordem pública são efetíveis, se não contarem com a participação do Estado, através de seu órgão de polícia ostensiva de preservação da ordem pública.

Apenas para citarmos como exemplo, o árbitro de uma partida de futebol, basquetebol, voleibol, etc., antes, por ocasião da inspeção das condições do campo ou das quadras e seus equipamentos obrigatórios e, posteriormente, no decorrer da disputa desportiva, está investido de plena autoridade para impor a lei e as regras do desporto. E, como poderá impor-se diante dos conflitos, se não contar com o apoio e proteção policial competente, cuja exclusividade inicial é do Estado-Membro.

O interesse na alocação de efetivos da força policial é sempre social e imperativo da parte do Estado, independente de qualquer vinculação política, econômica ou fiscal. E, no caso de agravamento da situação, o comandante responsável pela área não irá reforçar os meios, só pelo fato do contribuinte ter recolhido apenas aquele valor específico, acertado previamente? Ou então, não irá atender uma ocorrência deflagrada, pelo fato do responsável não ter recolhido a respectiva TSP? Aliás, segundo consta, fatos similares já foram constatados na prática, podendo comprometer a responsabilidade funcional dos agentes públicos.

3.2.2 Fundamentação para a Cobrança da Taxa de Segurança Preventiva, de acordo com a Lei nº 10.236

Com vista ao desenvolvimento desta análise, é importante destacarmos os aspectos principais da referida Lei, no que se refere, exclusivamente, à Taxa de Segurança Preventiva (TSP):

“Art. 1º Fica instituída a Taxa de Segurança Preventiva (TSP), com base no inciso II do Art. 145 da Constituição Federal e inciso II do artigo 129 da Constituição Estadual.

Art. 2º A Taxa de Segurança Preventiva (TSP) tem como fato gerador a utilização pelo contribuinte, de serviço específico e divisível prestado pelos órgãos da administração Policial Militar ou a colocação desse serviço à disposição do contribuinte cujas atividades exigem do Poder Público Estadual Vigilância, visando a preservação da segurança e da ordem pública.

Art. 3º Contribuinte da Taxa de Segurança Preventiva é toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia, ou ainda quem for o beneficiário direto do serviço ou ato.

Parágrafo Único. A Taxa de Segurança Preventiva é devida de forma anual, mensal ou unitária de acordo com a natureza do ato, serviço ou evento, ou ainda em função do potencial de risco a que estão expostas as atividades dos solicitantes dos serviços policiais-militares.

Art. 4º

Art. 12 A TSP somente será devolvida, após paga na forma legal, se for recusada a prestação do serviço ou a prática do ato pretendido pelo contribuinte.

Os demais dispositivos da lei, exceto aqueles referentes ao FUMPM, tratam de alíquotas, épocas, fiscalização, procedimentos administrativos para apuração de infração, multas, etc., referentes à cobrança da TSP, repletos de impropriedades, se consideradas as peculiaridades das missões das polícias militares.

Pelo Anexo à Lei 10.236, - TABELA PARA CÁLCULO DA TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA – estão especificados os serviços operacionais e os atos de serviços administrativos da Corporação, sujeitos ao pagamento do referido tributo, enumerados pela ordem:

1. “Atos relativos ao Serviço operacional em geral, tendo como parâmetros o homem/hora e homem/mês.

1.1. Serviços relativos, a segurança preventiva por homem/hora.

1.1.1. Segurança Física de Estabelecimentos Bancários da Administração direta e indireta do Estado, Fundações, Autarquias, Prestadores de Serviços, Indústria e Comércio.

1.1.2. Segurança Preventiva a Eventos Esportivos e de Lazer (Futebol, Shows, Exposições, Feiras, Rodeios, Circos, Parques de Diversões e outros similares) COM COBRANÇA DE INGRESSO.

1.2. Prevenção com equipamentos de alarmes, rastreamento ou similares.

2. Atos/Serviços Prestados pela Administração Policial-Militar.

2.1. Certidões diversas, por folha.

2.2. Cópias (xerox) autenticadas por folha.

2.3. Atestados diversos.

2.4. Diárias/Permanência de veículos apreendidos, nas unidades policiais-militares, após notificado o proprietário.

2.5. Inscrição em Cursos de Formação, por aluno.

2.6. Inscrição em Curso de Atualização, Treinamento e Preparo de Público Externo.

2.7. Exame Psicotécnico.

2.8. Expedição de Certificados e Documentos Diversos ao Público Externo.

2.9. Fotografias”.

A propósito, tomando como referência o conceito da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA e das respectivas especificações dos fatos geradores,

até para o leigo na matéria em destaque, ou mesmo, para o profissional de polícia menos informado, indubitavelmente, salta às vistas de que a iniciativa é questionável, não apenas sob o ponto de vista da legalidade tributária e da doutrina de emprego da força policial, mas sobretudo, da própria atuação deontológica da Corporação.

Percebemos que o legislador estadual, notadamente, levado a basear-se em pressupostos equivocados, além de infeliz na abordagem do fato posto em ordem, distorceu conceitos doutrinários a respeito das missões das polícias militares e do **dever** abstrato do Estado para com a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

3.2.3 Motivos para a Geração da Cobrança da Taxa de Segurança Preventiva

Quanto ao *fato gerador* das taxas, assim preleciona o eminente prof. Geraldo Ataliba:

" A hipótese de incidência da taxa é uma atuação estatal diretamente (imediatamente) referida ao obrigado (pessoa que vai se posta como sujeito passivo da relação obrigacional que tem a taxa por objeto." (ATALIBA, 1995, p.67)

Assim, de maneira bastante simplista, pode-se entender que o *fato gerador* da obrigação tributária referente às taxas reside na questão da utilização (mesmo que potencial) do *serviço público* específico e divisível. *Específico*, segundo o entendimento esposado no CTN (art. 79, II), quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas, ou seja, é específico o *serviço prestado* ou *posto à disposição* do particular, desde que se possa identificar com precisão o fim a que se destina. *Divisível*, quando suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Assim, enquanto o critério de *especificidade* do *serviço* enfoca a realização propriamente dita do serviço, a *divisibilidade* é critério que se refere ao *destinatário* desse serviço, distinguindo-se assim, conforme a linha adotada pelo Prof. Flávio

Bauer Novelli as chamadas atividades estatais ministradas *uti singuli* (prestados em consideração direta e imediata de pessoa determinada, em relação à qual, em cada caso, a atividade pública vem a ser especialmente exercida) e *uti universi* (prestadas em consideração direta e imediata da própria comunidade), sendo estas remuneradas pelo orçamento público, e somente aquelas pelas taxas.

Destarte, o *fato gerador* das taxas deve ser tal que, correspondendo a uma determinada *atividade eminentemente estatal*, compreendida essa também como as que o ente público elege, pela via legal, como próprias de sua competência, seja *prestada* à sociedade (ou em determinados casos *posta à sua disposição*) de forma *específica e divisível*.

Deve-se destacar nesse ponto que, - em que pese as duras críticas apresentadas pela doutrina tradicional quanto à determinação do que venha a ser a chamada *atividade eminentemente estatal*, pelo fato da sua definição representar verdadeiro tormento para os tratadistas da matéria, uma vez que constitui conceito extremamente vago, passível portanto de inúmeras interpretações - da comparação entre esta e a chamada *atividade empresarial do Estado*, que possibilita a cobrança dos *preços públicos*, depreende-se que a *atividade empresarial* encontra-se emoldurada pelo art. 173 da CF, limitando portanto a atividade discricionária do Estado quanto à instituição dos *preços públicos*, permitindo sim, se comparadas, uma certa "*liberdade*" para o Estado na prestação dos serviços remunerados por taxas.

Ocorre que, essa parte da doutrina que critica o estabelecimento desse "vago conceito", acaba por permitir que aquela indigitada liberdade seja transportada para a instituição das *tarifas (preços públicos)*, que são reguladas pelas normas regentes das relações sinalagmáticas decorrentes da sua natureza contratual, oriundas portanto do direito privado, sendo desconsideradas assim as chamadas *garantias individuais tributárias*, representadas pelas limitações constitucionais baseadas no *princípio do não-confisco*, *princípio da anterioridade*, *princípio da anualidade* e no *princípio da legalidade*, que permeiam a cobrança dos tributos e, conseqüentemente, das *taxas*.

Destarte, apesar de academicamente insegura a presente conceituação, entendemos que no campo fenomênico acaba, *a contrario sensu*, por gerar uma maior **segurança jurídica** que aquela pregada pela doutrina tradicional, uma vez que a instituição do fato gerador das taxas encontra-se limitada, constitucionalmente no art. 145, II e §2º, diminuindo-se, com isso, sensivelmente o poder discricionário do Estado no ataque ao patrimônio dos particulares.

Em síntese, entendemos que o *fato gerador* das taxas deve, inicialmente, compreender a realização de uma *atividade eminentemente estatal, específica e divisível*, voltada à realização das funções do Estado no fornecimento de condições necessárias à manutenção da vida da sociedade e dos indivíduos, conforme as disposições e competências traçadas na Constituição Federal.

3.2.4 A Ação Pública como Característica Fundamental das Atividades Policiais Militares

Em primeiro lugar, é interessante definirmos características, como sendo os aspectos gerais que revestem a atividade policial-militar, identificando o campo de atuação e as razões do seu desencadeamento, isto segundo o Manual Básico de Policiamento Ostensivo – IGPM.

A ação pública como característica do policiamento ostensivo enfatiza seu exercício visando a preservar o interesse geral da segurança pública nas comunidades, resguardando o bem comum em sua maior amplitude.

Não se confunde com zeladoria, atividade de vigilância particular de bens ou áreas privadas e públicas, conforme intercalado na Lei nº 10.236/92, em seu anexo, onde especifica os atos relativos ao serviço operacional da Corporação, objetos da cobrança da TSP. Como também, não se confunde com a segurança pessoal de indivíduos sob ameaça.

A atuação eventual nessas situações deve sobrevir por conta das

excepcionalidades e não como regra de observância imperativa, como consequência do próprio conceito de perturbação da ordem, previsto no nº 25, do artigo 2º do Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, assim declarado:

“Art. 2º

1)

25) *Perturbação da ordem – abrange todos os tipos de ação, inclusive os decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial, possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, **ameaçando a população e propriedades públicas e privadas** [sem grifo no original]. As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de defesa interna e são conduzidas pelos governos estaduais, contando ou não com o apoio do governo federal.”*

Com que consciência pública se pretende fixar e comprometer o potencial da polícia de preservação da ordem pública, em atividades tipicamente privadas, em troca de algumas centenas de reais, quando a população reclama insistentemente por mais proteção e socorro? E o que é pior, descaracterizando toda uma organização mais que centenária, sempre voltada para as missões constitucionais e de larga repercussão social, independentemente aos óbices de toda a natureza.

Mais uma vez fica no ar a indagação: como ficaria o emprego da Polícia Militar, no caso de emergências mais prioritárias, se o pessoal e o material bélico estão imobilizados em ações pagas pelo contribuinte? Os paranaenses já se sentiram cansados e humilhados pelo poder público, quando a despeito das súplicas por mais segurança pública, viram uma parte significativa dos efetivos policiais-militares alocados nas agências do BANESTADO e em outras instalações públicas e autárquicas, enquanto pessoas, atividades e membros do Poder Judiciário tiveram dificultados seus misteres, pela falta de disponibilidade da Polícia Militar.

Embora com certo atraso, a justiça paranaense já reconheceu esta

impropriedade de desrespeito aos direitos do cidadão e, em decisão já consagrada, determinou a retirada dos efetivos da força das agências do referido estabelecimento bancário, tendo em vista as demais necessidades e prioridades da coletividade, cuja resolução já foi cumprida pelo atual Governador do Estado. Frise-se, numa de suas primeiras decisões, ao assumir o respectivo cargo.

Por uma questão de coerência, o próprio Governo deveria tomar a iniciativa da revogação dos dispositivos da referida Lei referentes à TSP, até para se evitar a continuidade de uma situação, que além de inusitada é paradoxal. Não obstante a Justiça ter julgado improcedente a Polícia Militar imobilizar efetivos num estabelecimento financeiro estatal, a Administração permite a imobilização destes mesmos efetivos em estabelecimentos e serviços particulares, desde que recolham a respectiva taxa, enquanto deixa de atender aos eventos de caráter público e de interesse da coletividade, sob a alegação do não recolhimento do referido tributo.

Estas posturas, ao invés de aproximar a Polícia Militar da comunidade, vêm afastando-a gradativamente, colocando-a em direção oposta aos princípios de uma polícia comunitária. Pela simples introdução equivocada de uma variável nova, no caso a TSP, na doutrina de emprego da força policial, já se fez sentir na prática, a queda do nível deontológico que está orientando as análises das missões, por parte de comandantes de frações policiais-militares. Buscamos, como exemplo, o sucedido por ocasião da realização de uma Exposição Feira Agropecuária, num dos maiores municípios de nosso Estado, como também, um dos maiores eventos da região, incluindo a participação de representações de países do Mercosul. Sob a alegação de que seria cobrado ingresso, a unidade policial-militar simplesmente deixou de atender com o policiamento ostensivo de praxe, pelo fato do organizador ter-se recusado a recolher a respectiva taxa, optando pelos serviços de particulares. **Indubitavelmente, um evento deste porte, não somente está revestido do caráter público, aí incluso o interesse da coletividade, mas sobretudo do governo, quer seja no plano municipal ou estadual, respectivamente, até como fator de indução e estímulo ao desenvolvimento regional. Neste exemplo, não**

unicamente, a omissão da autoridade policial-militar está caracterizada, mas sobretudo, a do Estado. Ainda, à guisa de exemplo, e que vem corroborar com aquilo que temos insistido em relação às distorções no emprego da força, ocorre freqüentemente em algumas Unidades e em determinados dias e períodos. Assim, estas têm recebido as Guias de Recolhimento com os valores já autenticados, obrigando aos respectivos comandantes apenas determinar a imobilização dos recursos, suprimindo, muitas vezes, postos prioritários de atendimento à coletividade, para acolherem serviços privilegiados ou especiais a particulares. Assim, nesses casos, isto deveria ser feito por empresas de segurança privada.

Também, por mais que se enfoque, não se recomendaria a instituição da tão célebre Taxa da Segurança Preventiva, uma vez que as ações das polícias militares, além de predominantemente públicas e legais, ainda, devem ser imparciais e impessoais.

3.2.5 A Ética e a Atividade Policial Militar

Sem sombra de quaisquer dúvidas, são fundamentais o caráter e a investidura militar para nossas corporações, além de uma série de outras peculiaridades que lhes são próprias, destacando-se o conteúdo ético que revestem suas missões.

Muito embora sejamos obrigados a reconhecer que nos últimos anos, não somente a milícia paranaense, mas também diversas co-irmãs vêm-se afastando dos valores éticos profissionais, com largo espectro de repercussões indesejáveis em suas estruturas disciplinares, especialmente reveladas pelo comportamento do dia-a-dia, onde os desvios de conduta têm sido uma constante.

Mesmo assim, ainda existem valores a serem preservados ou recuperados e dentre eles, um dos mais importantes É A CONCEPÇÃO DE QUE AS POLÍCIAS MILITARES DEVEM SER COMPREENDIDAS COMO DE INTEGRAL DEDICAÇÃO

AO PROVIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA, ENTENDIDA COMO DE PROTEÇÃO E SOCORRO DO INDIVÍDUO E DA COMUNIDADE.

Neste caso específico são magistrais as palavras do Cel. PMMG Leonel Archanjo Affonso, onde em influente trabalho publicado, textualmente declara:

*“A formação mais adequada ao PM, bem como a prática profissional mais sadia, levam-no a pautar sua conduta segundo a ótica de uma atividade protetora da sociedade, a Lei é o limite da sua ação coercitiva, **mas a assistência que se obriga a prestar à população transcende, em muito, os limites de seus deveres legais ou regulamentares formais.** A PM é uma repartição pública inteiramente desburocratizada. O cidadão tem acesso imediato aos seus serviços a um simples aceno ou através de um telefonema gratuito. Não há guichês; não há requerimentos; não há filas, não há alegações de que o assunto não é de sua competência; de que o fato ocorreu em outra jurisdição territorial” [sem grifo no original]. (CARVALHO, 1999, p.86)*

Aliás, é somente dessa forma que um profissional e um governo conscientes, podem entender as importantes e essenciais missões das polícias militares. Caso contrário tudo isso irá ralo abaixo, tragando os valores e os ideais profissionais.

Por outro lado, a essência da atividade policial-militar está na perfeita noção do dever profissional de cada um, feito em juramento solene em que se coloca em risco, inclusive a integridade da vida, em prol do semelhante e da coletividade. Que valor terá isso tudo, se o cidadão for reduzido à mera condição de contribuinte compulsório e o policial-militar um mero prestador de serviço de vigilância – **desnaturado** – de sua atividade fundamental, de caráter público e social?

Data vênua, a que nível vemos deslocar valores expressos e já internalizados, por uma grande maioria de policiais-militares e de outros ilustres brasileiros conscientes da nossa missão, como por exemplo, de que a Polícia Militar

deve atuar como um verdadeiro exército da sociedade, segundo o que exclamou Álvaro Lazzarini. Pelo lado da ética profissional, também, se desaconselha a permanência da taxa de prevenção de segurança pelas razões apontadas e por outras até óbvias. E neste particular, outra preocupação, a de termos hoje no Paraná, com burocracia implantada para a atividade policial-militar, agenciadores ou despachantes oficiais, ganhando dinheiro nesta área e muito provavelmente, com o envolvimento de policiais-militares. Quando não, infelizmente, será mais uma brecha para o descaminho, via corrupção.

3.3 A TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA EM OUTROS ESTADOS

3.3.1 A Taxa de Segurança Preventiva em São Paulo

Taxa de segurança é absurda

Advogado critica idéia e diz que problema é estrutural

O advogado Antônio Fernando Pinheiro Pedro considera absurda a proposta do governo paulista de criar uma taxa para financiar a segurança pública. Para ele, taxas não vão resolver o problema da segurança, que é "sistêmico e estrutural".

Integrante do escritório Pinheiro Pedro Advogados Associados, ele acredita que a segurança pública deve ser vista como uma disciplina que integra o rol dos interesses difusos e não criminal. "Deveria ser objeto de estudo de especialistas em Direito Público. Criminalistas têm de discutir penas".

A solução para a violência, na opinião do advogado, está na criação de um controle externo com a participação do Judiciário, de órgãos de prevenção e da sociedade civil. Ele também afirma que a criação de órgãos especializados para combater "fenômenos econômicos" como o tráfico de drogas e de menores, a lavagem de dinheiro e a prostituição seria uma alternativa viável.

É preciso combater o uso e ocupação irregular do solo urbano. O comércio ambulante consome cerca de 10% do volume de cargas roubadas em São Paulo. Os loteamentos clandestinos também devem ser refreados, já que são responsáveis pela formação de verdadeiros territórios livres da ação das autoridades.

Para Pinheiro Pedro, "a taxa a ser cobrada vai alimentar a incompetência gerencial". Ele afirma que a segurança pública não funciona porque é gerenciada por indivíduos não comprometidos ideologicamente com os problemas sociais: "O governo é o primeiro a subverter a ordem constituída e acaba não criando condições morais para administrar".

O advogado entende que existem falhas de administração da segurança pública nas três esferas e que a União deve planejar um "programa de segurança nacional, combatendo, inclusive, a evasão de divisas que ocorre em altíssimo volume. É necessário reforçar a atividade investigativa".

O simples aumento do salário dos policiais não resolveria o problema, segundo ele. "O policial também precisa de estímulo para trabalhar. Ou nós mudamos o enfoque do problema, ou vamos ficar eternamente discutindo filigranas", concluiu Pinheiro Pedro.

A proposta, apresentada pelo secretário de Segurança Pública do Estado, Marco Vinicio Petrelluzzi, prevê a cobrança de uma taxa anual de R\$ 30,00 nas contas de telefones fixos e celulares, dividida em parcelas mensais de R\$ 2,50.

Revista **Consultor Jurídico**, 19 de outubro de 1999.

3.3.2 A Taxa de Segurança Preventiva no Distrito Federal

Cobrança questionada

Taxa do DF privatiza segurança pública, afirma OAB.

Os dispositivos legais que instituíram a Taxa de Segurança para Eventos no Distrito Federal estão sendo contestados pelo Conselho Federal da OAB. A entidade impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal

Federal.

Segundo o presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, a cobrança da taxa é inconstitucional porque privatiza a atividade de segurança pública, que é direito de todos, limitando sua abrangência apenas àqueles que paguem por ela.

A OAB questiona a íntegra da Lei 1.732, de 27 de outubro de 1997, do Distrito Federal, e a íntegra do Decreto 19.972, de 30 de dezembro de 1998, também do DF. A Lei e o Decreto que a regulamenta definem como fato gerador da Taxa a prestação de serviços, em eventos de fins lucrativos e promocionais, pela Polícia Militar Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento de Trânsito e condicionam sua realização ao pagamento antecipado da taxa. Fixam, ainda, a forma de cálculo e a destinação dos recursos dela provenientes.

"Taxa não pode remunerar serviços de segurança, que pela sua natureza não são nem específicos nem divisíveis", enfatiza a ação. De acordo com a OAB, o próprio Supremo criou jurisprudência sobre o tema ao definir que as atividades de segurança somente podem ser retribuídas por meio de impostos. A fixação do montante do tributo, por meio de ato sem hierarquia de lei e a fixação do valor da taxa por ato do Executivo são também contestados na ação.

Revista **Consultor Jurídico**, 12 de julho de 2002.

3.3.3 A Taxa de Segurança Preventiva em Minas Gerais

Instituída através da Lei nº 12.032, de 21Dez95, com as alterações da Lei nº 12.425, de 27Dez96, a Taxa de Segurança Pública(TSP), conforme disposto no art. 113, da Lei 6.763, 21Dez75, é devida:

I - Pela utilização de serviços específicos e divisíveis, prestados pelo Estado em órgãos de sua administração ou colocados à disposição de pessoas físicas ou jurídicas cujas atividades exijam do poder público estadual permanente vigilância policial ou administrativa, visando à preservação da segurança, da

tranquilidade, da ordem, dos costumes e das garantias oferecidas ao direito de propriedade;

II - Em razão de evento de qualquer natureza que envolva reunião ou aglomeração de pessoas e demande a presença de força policial, realizado no âmbito de Estado;

III - Pela realização de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Minas Gerais, quando o interesse particular predominar sobre o interesse público”.

Mediante o recolhimento da TSP, o contribuinte - pessoa física ou jurídica - solicitará o serviço policial-militar, que é entendido, para fins desta Instrução, como serviço operacional de polícia ostensiva.

1) Interesse Público

“Ao contrário do particular, é o que assenta em fato ou direito de proveito coletivo geral.” Está, pois, adstrito a todos os fatos ou a todas as coisas que se entendam de benefício comum ou proveito geral, ou que se imponham por uma necessidade de ordem coletiva.

Consubstancia-se em aspirações ou vantagens lícitamente almejadas por toda a comunidade ou por uma parte expressiva de seus membros”.

2) Interesse Particular

“É o interesse individualizado, direto e imediato. É o interesse próprio, isto é , que afeta diretamente a pessoa, seu patrimônio, mostrando-se vantagem que lhe é inerente ou que lhe é pertinente”.

(Vocabulário Jurídico, Plácido e Silva, Editora Forense, RJ, 1990)

A Taxa de Segurança Pública será recolhida pelo solicitante do serviço policial-militar nos seguintes eventos:

- a) exposições e feiras comerciais, industriais, agropecuárias, incluindo rodeios e torneios leiteiros;
- b) promoções e competições culturais, artísticas, esportivas e de lazer e

entretenimento em geral, aí incluídos os leilões e bailes diversos;

- c) espetáculos circenses;
- d) congressos, seminários, convenções e encontros;
- e) parques de diversão;
- f) festas de casamento, bodas, aniversários e conagraçamentos;
- g) análise e aprovação em projeto de sistema de prevenção de incêndio em edificações;
- h) vistoria em sistema de segurança contra incêndio em edificações;
- i) pela utilização de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Minas Gerais, quando o interesse particular predominar sobre o interesse público, conforme se dispuser em regulamentação própria.

3.3.4 A Taxa de Segurança Preventiva em Santa Catarina

LEI ESTADUAL Nº 12.064, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001.

Altera a Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.541, de 1988, fica acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 4º Tratando-se de municípios que tenham instituído o Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM - ou Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM -, os valores arrecadados relativos às taxas mencionadas no § 2º deste artigo, à exceção dos relativos aos Atos da Segurança Pública, previstos na Tabela III desta Lei, serão destinados a esses fundos, devendo o

contribuinte efetuar o recolhimento diretamente ao Município em que situado."

Art. 2º O parágrafo único do art. 14 da Lei nº 7.541, de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14

Parágrafo único. A taxa prevista neste artigo é devida mensalmente e será paga nos prazos fixados pelo Poder Executivo."

Art. 3º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 7.541, de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21

Parágrafo único. A taxa prevista neste artigo é devida mensalmente e será paga nos prazos fixados pelo Poder Executivo."

Art. 4º O art. 33 da Lei nº 7.541, de 1988, fica acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 33

Parágrafo único. No caso de recolhimento da taxa de segurança contra incêndios, taxa de segurança ostensiva contra delitos, após o prazo previsto na legislação e antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização pela Secretaria de Estado da Fazenda, a multa será de três décimos por cento ao dia, até o limite de vinte e cinco por cento."

Art. 5º Os itens 1, 2 e 5 da Tabela V, anexa à Lei nº 7.541, de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se os itens 14 a 20:

"TABELA V

1 - Estadia de veículos automotores em pátio da OPM - por dia ou fração R\$ 3,00

2 - Estadia, pousada, hospedagem, em estabelecimentos próprios da Polícia Militar por pessoa/dia, ou outros atendimentos R\$ 3,00

.....

5 - Palestras, cursos, treinamentos e seminários

para o público externo, quando motivado por solicitação de particular - por hora R\$ 16,00

.....

14 - Fotocópia de qualquer documento - por folha R\$ 0,10

15 - Fotocópia de qualquer documento autenticado - por folha R\$ 1,00

16 - Apresentação de caráter social, cultural, artístico, educativo e desportivo, quando motivado por solicitação de particular, contado do horário de início do deslocamento ao horário de retorno às unidades policiais militares - por policial ou bombeiro-militar/hora R\$ 11,00

17 - Utilização das instalações físicas dos stands de tiro da Polícia Militar - por hora R\$ 21,00

18 - Estadia e adestramento de animais - por animal/dia R\$ 11,00

19 - Atendimentos veterinários diversos - por atendimento R\$ 43,00

20 - Segunda via de cédula de identidade militar - por cédula R\$ 5,00

Art. 6º O item 10 da Tabela VII, anexa à Lei nº 7.541, de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se os itens 16 a 19:

"TABELA VII.....

10 - Captura, manejo ou extermínio de insetos em propriedades privadas, sem risco potencial, solicitadas por qualquer pessoa física ou jurídica - por policial militar/hora R\$ 11,00

16 - Laudo pericial - por bombeiro-militar/hora R\$ 21,00

17 - Laudo técnico - por bombeiro-militar/hora R\$ 11,00

18 - Ensaio em equipamentos de proteção contra incêndio e pânico - por bombeiro-militar/hora R\$ 11,00

19 - Manutenção ou recarga de extintores e de

cilindros de ar comprimido - por bombeiro-militar/hora R\$ 11,00"

Art. 7º Os itens 1 e 3 do Tabela IX, anexa à Lei nº 7.541, de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA IX

1 - Serviços de segurança preventiva no âmbito interno dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - por policial-militar ou bombeiro- militar/hora R\$ 11,00

3 - Serviço de segurança preventiva para transportes de valores, animais, prova de vestibular, obras de arte ou de outros materiais, calculado com base na soma do produto das seguintes variáveis: número de policiais-militares, número de viaturas, quantidade de quilômetros rodados ou fração e o número de horas dispensado ou fração - valor da variável R\$ 5,00"

Art. 8º Ficam acrescidos os itens 2, 7 e 8 à Tabela IX da Lei nº 7.541, de 1988, com a redação abaixo, renumerando-se os atuais itens 2 a 5 para, respectivamente, 3 a 6:

"TABELA IX

2. Serviços de segurança preventiva no âmbito externo dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - por policial-militar ou bombeiro- militar/hora R\$ 5,00

7 - Serviços de monitoramento externo através de câmara de vídeo em unidades familiares, comerciais, industriais e bancárias - por câmara instalada/mês R\$ 43,00

8 - Serviços aéreos, que não tenham relação com atividade fim da Polícia Militar - por hora, proporcionalmente R\$ 1.596,00"

Art. 9º Ficam revogados os respectivos parágrafos únicos dos arts. 15, 18 e 22 da Lei nº 7.541, de 1988.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2002.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2001”.

3.3.5 A Taxa de Segurança Preventiva no Ceará

O Estado do Ceará copiou a mesma lei paranaense que lá é a Lei Estadual nº13.084, de 29 Dez 2000, mas o Partido Comunista do Brasil, através da ADIN nº 2424-8, suspendeu, junto ao STF, os efeitos da aludida lei.

3.3.6 A Taxa de Segurança Preventiva no Pará

Taxa de Segurança

Por aparente ofensa ao art. 144, "caput", inciso V e § 5º da CF ("Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: ... V - polícias militares e corpos de bombeiros militares § 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil."), o Tribunal deferiu medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para suspender, com eficácia "ex nunc" e até final julgamento da ação, a expressão "serviço ou atividade policial-militar, inclusive policiamento preventivo", constante do art. 2º, bem como da Tabela V, ambos da Lei 6.010/96, do Estado do Pará, que institui a Taxa de Segurança ["art. 2º- A Taxa de Segurança tem como fato gerador a efetiva ou potencial utilização, por pessoa determinada, de qualquer ato decorrente do exercício do Poder de Polícia, serviço ou atividade policial-militar, inclusive

policiamento preventivo prestados ou postos à disposição do contribuinte por qualquer dos órgãos do Sistema de Segurança Pública (art.3º da Lei nº 5.944/96), exceto o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN-PA."], porque dizem respeito à atividade de segurança da polícia militar estadual. Entendeu-se que sendo a segurança pública dever do Estado e direito de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através entre outras da polícia militar, só pode ser sustentada por impostos e não por taxa. ADInMC 1.942-DF, Rel. Min. Moreira Alves, 5.5.99.

3.4 LEGISLAÇÃO REFERENTE À TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA NO PARANÁ

3.4.1 Lei Nº 10.236 de 28 Dez 92 – Institui a TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA e cria o FUMPM

"Art.1º. Fica instituída a Taxa de Segurança Preventiva (TSP), com base no inciso II do artigo 129 da Constituição Estadual.

Art.2º. A Taxa de Segurança Preventiva (TSP), tem como fato gerador a utilização, pelo contribuinte, de serviço específico e divisível, prestado pelos órgãos da Administração Policial-Militar ou a colocação desse serviço à disposição do contribuinte cujas atividades exijam do Poder Público Estadual, vigilância, visando a preservação da segurança e da ordem pública.

Art. 3º. Contribuinte da Taxa de Segurança Preventiva (TSP) é toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia, ou ainda quem for o beneficiário direto do serviço ou ato.

Parágrafo único. A Taxa de Segurança Preventiva é devida de forma anual, mensal ou unitária de acordo com a natureza do ato, serviço ou evento, ou ainda em função do potencial de risco a que estão expostas as atividades dos solicitantes

dos serviços policiais militares.

Art. 4º. A base de cálculo da TSP é o custo do serviço quantificado em Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPFPR) e o seu valor corresponde a percentual daquela unidade, apurado mediante a aplicação das alíquotas próprias.

Art. 5º. As alíquotas da TSP, serão as constantes das tabelas anexas a esta lei.

Art. 6º. O pagamento da TSP, será antes de solicitada a prestação de serviço ou da prática do ato, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte e, tratando-se de renovação, observadas as seguintes épocas:

I – Quando a TSP for devida por mês, até o quinto dia do período objeto da renovação;

II – Quando a TSP for devida anualmente, até 28 de fevereiro do exercício financeiro objeto da renovação. Se exigida anualmente de contribuinte novo e a atividade pública não coincidir com o ano civil, será adotado o critério proporcional de cálculo referente aos meses restantes, iniciando-se pelo mês em que começou a ser exercido o poder de polícia.

Art. 7º. A fiscalização do cumprimento da obrigação tributária referente a TSP compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública, na forma a ser estabelecida em Resolução expedida pelo seu titular.

Art. 8º. A TSP será paga na repartição arrecadadora do domicílio tributário do contribuinte ou na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação de modelo oficial.

§ 1º. O agente encarregado de lavrar ato sujeito a incidência da TSP deve exigir a apresentação do comprovante de recolhimento do tributo.

§ 2º. São isentos da TSP os atos e documentos relativos:

I – às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais, político-partidárias e sindicais;

II – à situação funcional dos servidores públicos em geral, ativos ou inativos; e

III – ao interesse de pessoas comprovadamente pobres.

Art. 9º. A falta de pagamento ensejará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da TSP, observadas as reduções:

I – à 40% (quarenta por cento) do seu valor quando o pagamento ocorrer até 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento;

II – à 60%(sessenta por cento) do seu valor quando após o prazo definido no inciso I, o pagamento ocorrer até o esgotamento do prazo de recurso se o notificado não for revel; e

III – à 80% (oitenta por cento) do seu valor quando o pagamento ocorrer até 60 (sessenta) dias, a contar da data em que o contribuinte revel deveria integrar a instância com a reclamação.

Art. 10. Ficarão sujeitos à multa de valor igual a cem vezes o da TSP devida, os que:

I – adulterarem ou falsificarem guia de recolhimento; ou

II – com conhecimento do fato, conservarem guia de recolhimento adulterada ou falsificada; ou

III – de qualquer forma contribuírem para a prática de adulteração ou falsificação.

Art. 11. As normas relativas ao procedimento administrativo fiscal para apuração de infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à TSP, bem como a forma de inscrição dos correspondentes critérios tributários em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecido na lei orgânica do imposto a que se refere o Artigo 155, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal.

§ 1º. Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

§ 2º. O rito processual para a revisão em segunda instância do lançamento de ofício obedecerá o previsto pela Lei Complementar nº 1, de 2 de agosto de 1972.

Art. 12. A TSP somente será devolvida, após paga na forma legal, se for recusada a prestação do serviço ou a prática do ato pretendido pelo contribuinte.

Art. 13. A denúncia espontânea, formalizada nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional, excluirá a responsabilidade por infração, exigindo-se no ato da regularização, além da TSP devida, apenas a correção monetária e juros de mora.

Art. 14. Na cobrança da correção monetária

dos créditos tributários, serão adotados os mesmos coeficientes para a atualização monetária do imposto a que se refere o Artigo 155, inciso I, alínea "b" da Constituição Federal.

Art. 15. O termo inicial para cálculo da correção monetária da TSP e das penalidades, bem como para contagem dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês não capitalizáveis, será o mês seguinte ao em que ocorrer a infração.

Art. 16. Fica criado o FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM – com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente, equipamentos operacionais e outras despesas de capital, excluídas as obras públicas, para a Polícia Militar do Paraná.

Art. 17. O FUMPM será, inicialmente, provido pelos recursos decorrentes da cobrança da Taxa de Segurança Preventiva (TSP) instituída por esta lei.

Parágrafo único. Constituem, ainda, recursos do FUMPM:

a) A parte dos recursos do FUNRESTRAN destinada à Polícia Militar, conforme disposição do § 3º, do art. 2º, do Decreto nº1.852/72, alterado pelo de nº 7.526/91;

b) Indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes à PMPR;

c) Auxílios, subvenções ou doações Federais, Estaduais, Municipais, oriundas de convênios, contratos ou ajustes celebrados com entidades privadas ou vinculadas ao Governo Federal, Estadual ou Municipal e seus órgãos;

d) O produto da alienação de equipamentos ou material inservível ou obsoleto;

e) Juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilização e aplicação do FUMPM;

f) Outras rendas eventuais.

Art. 18. O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM – será administrado por um Conselho Diretor composto pelo Secretário da Segurança Pública, como Presidente nato, tendo o Comandante Geral da Polícia Militar, na qualidade de Vice-Presidente nato e como membros: o Chefe do Estado-Maior da PMPR, Diretor da DAL, Chefe da 4ª Seção, Chefe da 6ª Seção do Estado-Maior, Consultor Jurídico e um representante da Secretaria da Fazenda.

Art. 19. O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM – é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria.

Art. 20. Da aplicação dos recursos do FUMPM será feita a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação pertinente.

Art. 21. Dentro de 90 (noventa) dias o Poder Executivo baixará decreto de regulamentação do Fundo de que trata o art. 16 desta lei.

Art. 22. Ficam isentas do pagamento da Taxa de Segurança Preventiva (TSP) as atividades realizadas por clubes de esporte amador e as que tenham finalidade, comprovadamente, filantrópica.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficiência a partir de 1º de janeiro de 1993”.

3.4.2 Anexo à Lei nº 10.236 que Institui a Taxa de Segurança Preventiva no Paraná

TABELA 1 – REFERENCIAL PARA O CÁLCULO E COBRANÇA DA TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA (BASE DE CÁLCULO – UPFPR VIGENTE)

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ATO A REALIZAR	ALÍQUOTAS		
		ANUAL	MENSAL	POR VEZ / DIA UNIDADE
1	ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO OPERACIONAL EM GERAL 1.1 SERVIÇOS RELATIVOS A SEGURANÇA PREVENTIVA POR HOMEM/HORA 1.1.1 SEGURANÇA FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO,			0,14

FUNDA- ÇÕES / AUTARQUIAS, PRESTADORES DE SERVIÇOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.			
1 Policial Militar / 6 (seis) horas			0,84
1 Policial Militar / 8 (oito) horas			1,12
1 Policial Militar / 12 (doze) horas			1,68
1 Policial Militar / 16 (dezesseis) horas			2,24
1 Policial Militar / 24 (vinte e quatro) horas			3,36
1 Policial Militar / 6 (seis) horas/mês	25,20		
1 Policial Militar / 8 (oito) horas/mês	33,60		
1 Policial Militar / 12 (doze) horas/mês	50,40		
1 Policial Militar / 16 (dezesseis) horas/mês	67,20		
1 Policial Militar / 24 (vinte e quatro) horas/mês	100,80		
1.1.2 SEGURANÇA PREVENTIVA E EVEN- TOS ESPORTIVOS E DE LAZER (Futebol, Shows, Exposições-Feiras, Rodeios, Circos, Parques de Diversões e outros similares) COM COBRANÇA DE INGRESSO.			
2 Policiais Militares / 6 (seis) horas			1,68
4 Policiais Militares / 6 (seis) horas			3,36
6 Policiais Militares / 6 (seis) horas			5,04
8 Policiais Militares / 6 (seis) horas			6,72
10 Policiais Militares / 6 (seis) horas			8,40
20 Policiais Militares / 6 (seis) horas			16,80
30 Policiais Militares / 6 (seis) horas			25,17
40 Policiais Militares / 6 (seis) horas			33,60
50 Policiais Militares / 6 (seis) horas			42,00
60 Policiais Militares / 6 (seis)			50,40

horas				
70 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				58,80
80 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				67,20
90 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				75,60
100 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				84,00
150 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				126,00
200 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				168,00
250 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				210,00
300 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				252,00
350 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				294,00
400 Policiais Militares / 6 (seis)				
horas				336,00
1.2 PREVENÇÃO COM EQUIPAMENTOS DE ALARME, RASTREAMENTO OU SIMILARES				
1.2.1 POR EMPRESAS DE COMÉRCIO DE JÓIAS, PEDRAS OU METAIS PRECIOSOS				
	5,00			
1.2.2 POR EMPRESAS FORNECEDORAS OU INSTALADORAS DE ALARMES RESIDENCIAIS				
	1,00			
1.2.3 POR EMPRESAS FORNECEDORAS OU INSTALADORAS DE ALARMES PARA VEÍCULOS				
	0,70			
1.2.4 POR ALARME INSTALADO EM ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES				
			2,00	
1.2.5 POR CHAMADA INDEVIDA, DECOR-				

	RENTE DE ACIONAMENTO ACIDENTAL DE ALARME BANCÁRIO			4,00
2	ATOS/SERVIÇOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO POLICIAL MILITAR			
	2.1 CERTIDÕES DIVERSAS, POR FOLHA			0,03
	2.2 CÓPIAS (XEROX) AUTENTICADAS (POR FOLHA)			0,02
	2.3 ATESTADOS DIVERSOS			0,05
	2.4 DIÁRIAS/PERMANÊNCIA DE VEÍCULOS APREENDIDOS, NAS UNIDADES POLICIAIS MILITARES, APÓS NOTIFICADO O PROPRIETÁRIO			0,13
	2.5 INSCRIÇÃO EM CURSOS DE FORMAÇÃO (POR ALUNO)			1,20
	2.6 INSCRIÇÃO EM CURSO DE ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO E PREPARO DE PÚBLICO EXTERNO			1,50
	2.7 EXAME PSICOTÉCNICO			0,60
	2.8 EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E DOCUMENTOS DIVERSOS AO PÚBLICO EXTERNO			0,30
	2.9 FOTOGRAFIAS			

	* Legendadas e autenticadas 10			
x 19	(1ª via)			0,80
	* Demais cópias, por unidade			0,05
	* Ampliações fotográficas (1ª			
	via)			0,25
	* Demais vias, por			
	unidade.			0,15

3.4.3 Decreto nº 3471 - FUMPM

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM, criado pela Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, na forma do Anexo que integra o presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3.4.4 Anexo a que se refere o Decreto nº 3471

“REGULAMENTO

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR FUMPM

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DO FUMPM

Art. 1º. O Fundo de Modernização da Polícia Militar, conforme o art. 16 da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, destina-se a prover recursos para reequipamento, material permanente, equipamentos operacionais e outras despesas de capital, excluídas as obras públicas para a Polícia Militar do Paraná.

§ 1º. A aplicação dos recursos do FUMPM destinados ao reequipamento da Polícia Militar do Paraná obedecerá a classificação de despesas estabelecida pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º. Os bens a que se refere o "caput" deste artigo, adquiridos com recursos do FUMPM, serão destinados à Polícia Militar e por ela patrimoniados.

Art. 2º. O FUMPM, será provido, inicialmente, pelos recursos decorrentes da cobrança da Taxa de Segurança Preventiva - TSP, instituída pela Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992.

Art. 3º. Além do disposto no artigo anterior, constituem, ainda, recursos do FUMPM:

I - a parcela dos recursos do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito – FUNRESTRAN – destinado à Polícia Militar, conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 1.852, de 11 de abril de 1972, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 7.526, de 03 de janeiro de 1.991;

II - as indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes à Polícia Militar do Paraná;

III - os auxílios, as subvenções ou as doações de qualquer Poder das esferas Federal, Estadual e Municipal, ou ainda, as oriundas de convênios;

IV - o produto de alienação de equipamento ou de material inservível ou obsoleto;

V - os juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilização e aplicação do FUMPM; e

VI - outras rendas eventuais.

Art. 4º. Da receita do FUMPM destinar-se-á:

I - o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) para aplicação proporcional à arrecadação de cada Unidade da Polícia Militar do Paraná;

II - o percentual máximo de 40% (quarenta por cento) mediante aprovação do Conselho Diretor, para estabelecer equidade de reequipamento operacional ou para atender prioridade de segurança das regiões policiais militares.

Art. 5º. Serão depositados mensalmente pelo Tesouro Estadual no Banco do Estado do Paraná S.A., na conta especial "FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR –

FUMPM", os recursos mencionados pelo art. 17 da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, respeitadas as disposições da Lei nº 10.100, de 09 de outubro de 1992.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUMPM

Art. 6º. O FUMPM será administrado por um Conselho Diretor, a ser composto, conforme o art. 18 da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, pelos seguintes membros:

I - O Secretário de Estado da Segurança Pública, que será seu Presidente;

II - O Comandante Geral da Polícia Militar, que será seu Vice-Presidente;

III - O Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar;

IV - O Diretor de Apoio Logístico;

V - O Diretor de Finanças;

VI - O Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior;

VII - O Chefe da 6ª Seção do Estado-Maior;

VIII - Dois membros nomeados pelo Governador do Estado, por um período de 2 anos, permitida a recondução, sendo um consultor jurídico e outro representante da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 7º. O Conselho do FUMPM reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo único. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de seus membros.

Art. 8º. Caberá ao Presidente do Conselho Diretor a designação do Secretário Executivo escolhido entre seus membros.

Art. 9º. Ao Presidente do Conselho Diretor caberá além do voto singular o de qualidade.

TÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DIRETOR DO FUMPM

Art. 10. Ao Conselho Diretor compete:

I - definir as prioridades de aplicação dos recursos do FUMPM;

II - elaborar o plano anual de aplicação de recursos e planos especiais referentes a eventual excesso de arrecadação;

III - encaminhar à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em época fixada, o programa de trabalho para viabilizar a proposta orçamentária referente às atividades do FUMPM;

IV - cumprir as disposições legais referentes à aquisição de bens para os fins previstos no artigo 1º deste Regulamento;

V - assumir compromissos até o limite dos recursos efetivamente arrecadados pelo FUMPM;

VI - velar pela observância das disposições deste Regulamento e dos demais atos pertinentes.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Art. 11. Ao Presidente do Conselho Diretor compete:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;

II - orientar e fiscalizar as resoluções do Conselho Diretor;

III - assinar com o Secretário Executivo os cheques de movimentação dos recursos do FUMPM;

IV - velar pela observância das disposições deste Regulamento, do Regimento Interno do Conselho e das demais disposições pertinentes, promovendo o cumprimento das resoluções aprovadas pelo colegiado;

V - o desempenho de outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

DO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Art. 12. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, podendo praticar quando na função, os atos a ele inerentes.

CAPÍTULO IV DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DIRETOR

Art. 13. Ao Secretário Executivo do Conselho Diretor compete:

I - auxiliar o Presidente do Conselho Diretor nas questões administrativas de ordem interna do FUMPM, executando as ordens imediatas

II - secretariar as reuniões do Conselho, fazendo lavrar as respectivas atas;

III - receber, examinar, acompanhar, instruir, tramitar e processar as prestações de contas do FUMPM;

IV - cumprir e fazer cumprir, dentro dos respectivos prazos, as decisões ou diligências ordenadas pelo Tribunal de Contas do Estado, nos processos de prestação de contas do FUMPM;

V - providenciar de acordo com as instruções do Presidente do Conselho, as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias;

VI - movimentar junto com o Presidente a conta bancária do FUMPM, conforme as deliberações do Conselho Diretor e as determinações do seu Presidente;

VII - outras atividades que lhe forem designadas pelo Conselho Diretor e pelo Presidente do Conselho Diretor, no regular exercício de sua função.

CAPÍTULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR

Art. 14. Aos membros do Conselho Diretor compete:

I - participar das discussões, apresentar emendas ou substitutivos às questões apresentadas;

II - requerer urgência para discussão e votação de processos não incluídos na ordem do dia da reunião, bem como a preferência nas votações ou na discussão de determinado assunto;

III - votar a matéria em discussão, podendo pedir vistas dos processos por prazo determinado;

IV - desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos pelo Conselho Diretor ou por seu Presidente.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Conselho Diretor, por proposta de seu Presidente, organizará anualmente o Plano de Aplicação do FUMPM, nele incluído os recursos previstos e o saldo do exercício anterior, se houver e o encaminhará até a segunda quinzena do mês de janeiro de cada exercício financeiro às Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, para exame, parecer e posterior aprovação pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. O Presidente do Conselho Diretor prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março de cada ano, das aplicações dos recursos do FUMPM, referentes ao exercício anterior.

Art. 17. A Polícia Militar do Paraná prestará ao Conselho Diretor o necessário apoio técnico-administrativo para o seu regular funcionamento, auxiliada quando preciso, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 18. A função de membro do Conselho Diretor é considerada de relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 19. O Conselho Diretor deverá editar os seu Regimento Interno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado teve sua gênese condicionada à prestação de certos serviços e à perseguição de determinados fins em prol de seus cidadãos. Esse o motivo pelo qual os cidadãos abriram mão de parcela de sua liberdade e criam um ente maior que, sobrepairando a todos, conduzir-lhes-ia ao bem comum.

Em virtude deste despautério, somos surpreendidos dia a dia com exações que olvidam todo o ordenamento jurídico posto, e desconfiguram o Estado em seu cerne.

Parece-nos exemplo disso a pretensa instituição de taxa para custear a segurança pública, que é uma função eminentemente estatal.

Seguindo essa trilha, procedemos com a análise do sistema de prestação e remuneração dos serviços públicos *lato sensu* adotado pela Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, procurando traçar seus principais contornos.

Da mesma forma, deve advertir-se que, sem a pretensão de esgotarmos o tema, lançamo-nos pelas linhas anteriormente traçadas pela doutrina nacional, na análise de vários institutos que condizem com a tributação estatal, visando sempre, por meio de um labor crítico, dentro dos ditames da segurança jurídica, integrar a pretensão estatal ao ordenamento jurídico pátrio.

Diante disso, considerando a *segurança pública* como um dos serviços inerentes à soberania estatal, constituindo portanto uma das forma mais expressivas da prestação dos serviços públicos, o presente estudo apresenta-se importantíssimo, uma vez que não se pode deixar ao alvedrio do Estado a indiscriminada cobrança pela sua prestação

Diante de todo o exposto, resta-nos tomar para nós a pergunta feita na introdução deste trabalho, sobre qual o impacto da cobrança da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA para a PMPR.

A cobrança da Taxa de Segurança Preventiva traz à Polícia Militar do Paraná um grande desgaste de sua imagem, como órgão público destinado

constitucionalmente à segurança, pela qual os cidadãos pagam com seus impostos, e têm legitimamente direito.

Os Comandantes de Batalhões sentem diretamente este desgaste, ao ter que impor, por força legal, a cobrança pelo policiamento que sempre foi feito por sentimento do dever, e pelo atuar deontologicamente que sempre norteou as ações da Corporação. O anexo da Lei Estadual 10.236 determina a cobrança da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA por certidão e cópia de documentos fornecido ao particular para defesa de seus direitos. O valor gira em torno de R\$ 0,90 (noventa centavos) impingindo ao contribuinte uma verdadeira tortura burocrática para recolher a ínfima importância em agências bancárias, além de contrariar princípios constitucionais.

Além do desgaste junto à população, há o desgaste político, haja vista as inúmeras ações de ilegalidade movidas por diversos políticos não só na PMPR, mas também nas demais Polícias Militares do país que também adotaram a TSP, como por exemplo o Projeto de Lei nº 242/2003, protocolado junto à Assembléia Legislativa do Paraná, de autoria do Deputado Miltinho Púpico, propondo alteração no Art. 8º, § 2º da referida lei, isentando do pagamento da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA as Exposições-Feira..

Com o advento da Lei nº 10.236/92, a PMPR assumiu a condição de órgão estatal de direito público interno capaz de gerar receita por meio da cobrança da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA por serviços prestados. O que aparentemente é uma vantagem, por outro lado faz com que o aporte de recursos estatais, que já eram mínimos, ficassem ainda pior.

Convém ressaltar que a atividade de polícia ostensiva de preservação e repressão da criminalidade é exercida, não apenas em relação à segurança pública, onde estão presentes os interesses do cidadão e da comunidade. É exercida, da mesma forma, em razão do elevado interesse da defesa do próprio Estado, caracterizando a missão síntese das polícias militares.

O interesse na alocação de efetivos da força policial é sempre social e

imperativo da parte do Estado, independente de qualquer vinculação política, econômica ou fiscal. E, no caso de agravamento da situação, o comandante responsável pela área não irá reforçar os meios, só pelo fato de o contribuinte ter recolhido apenas aquele valor específico, acertado previamente? Ou então, não irá atender uma ocorrência deflagrada, pelo fato de o responsável não ter recolhido a respectiva TSP? Aliás, segundo consta, fatos similares já foram constatados na prática, podendo comprometer a responsabilidade funcional dos agentes públicos.

Tomando como referência o conceito da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA e das respectivas especificações dos fatos geradores, até para o leigo na matéria em destaque, ou mesmo, para o profissional de polícia menos informado, indubitavelmente, salta às vistas de que a iniciativa é questionável, não apenas sob o ponto de vista da legalidade tributária e da doutrina de emprego da força policial, mas sobretudo, da própria atuação deontológica da Corporação.

O legislador estadual, notadamente, levado a basear-se em pressupostos equivocados, além de infeliz na abordagem do fato posto em ordem, distorceu conceitos doutrinários a respeito das missões das polícias militares e do **dever** abstrato do Estado para com a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

Haja vista tantos equívocos, e que a razão maior da criação da TSP, que eram os eventos esportivos, em especial o futebol, conseguiu a isenção da taxa, é hora de estabelecer-se, por quem de direito, uma comissão que avalie, baseado nos fatos aqui expostos, e todos os outros parâmetros porventura não abordados, a real necessidade, da continuidade da cobrança da TSP, resgatando o atuar deontológico da Corporação, e a imagem perante a sociedade que já paga pelo direito de Segurança através de seus impostos.

Finalmente, vale ressaltar o impacto negativo que a cobrança da Taxa de Segurança Preventiva causa aos serviços prestados pela Polícia Militar do Paraná, pois, se a Taxa é preventiva a repressiva também deveria ser cobrada? Onde ficam os conceitos de serviço público? Com certeza, a Corporação deve sempre estar

pronta a prestar o apoio à população no tocante à segurança pública por preceitos legais e morais, caso contrário, os conceitos basilares da profissão cairão por terra e iniciar-se-á algo semelhante à prestação de serviço privado ao invés de público.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 5ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1995, 182 p.
- BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11ª ed. atual. Mizabel Abreu Machado Derzi, Rio de Janeiro, Forense, 1999, 1063 p.
- BARRETO, Aires F. **Base de Cálculo, Alíquota e princípios constitucionais**. 2ª ed. São Paulo, Max Limonad, 1998, 164 p.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, Saraiva, 1994, 345 p.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do**. 14ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2000. 217p.
- BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 3ª ed., São Paulo, Lejus, 1998, 686 p.
- CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 13ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 1999, 672 p.
- CARVALHO, Paulo de Barro. **Curso de Direito Tributário**. 11ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999, 376 p.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário**. 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1996, 423 p.
- CRETELLA Jr., José. **Curso de Direito Administrativo**. 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1991, 640 p.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 10ª ed., São Paulo, Atlas, 1999, 577 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986, 1.838 p.
- LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de Direito Administrativo**. 5ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1982, 512 p.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24ª ed. atual. Eurico de Andrade Azevedo et alii, São Paulo, Atlas, 1999, 749 p.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 6ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1995, 553 p.
- MORAES, Bernardo Ribeiro. **Compêndio de Direito Tributário**. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1987, 937 p.

PARANÁ, Lei nº 10.236 / 92. **Institui a Taxa de Segurança Preventiva e cria o FUMPM.** Diário Oficial. Curitiba: 1997.

_____, Lei 12.023 / 98. **Altera dispositivos da Lei nº 10.236.** Diário Oficial. Curitiba: 1998.

SANTOS, Jurandir dos . **Considerações acerca da Taxa de Classificação de Vegetais** in Revista Dialética de Direito Tributário, n.º 28, jan. 1998, pp. 84 - 118

SILVA, De Plácido e, **Vocabulário Jurídico, citado, verbete “Segurança Pública”,** vol. IV, p. 1.417.

SILVA, De Plácido e, **Vocabulário jurídico, verbete “Ordem Pública”,** 1ª ed., Forense, 1963, vol. III, p. 1.101.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 5ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1998.

UNIDADE. **Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar.** Ano XV – nº31, Porto Alegre: Unidade, 1997. p.29-58.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para Apresentação de Trabalhos.** 6.ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000

VILLEGAS, Hector B. **Curso de Finanzas, Derecho Financiero y tributário.** 2ª ed., Buenos Aires, Ediciones Depalma, 1975, 691 p

ANEXO – ANTEPROJETO

Nome: ESMERALDO MANÇANO		Situação problematizadora (descrever o cenário onde ocorre o problema, a situação conflitante: o que? Quem? Onde? Quando? Como? Porque?)		
Objeto de estudo: Taxa de Segurança Pública – Uma Análise Crítica		Legalidade / Constitucionalidade da Taxa		
Ciência principal: Sociais		Ciências correlatas: Legalidade		
Problema de pesquisa? (questão que irá resolver, colocar em forma de pergunta?)				
Avaliar o impacto da cobrança da TSP - TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA para a PMPR				
O ponto de vista que irá defender com solução do problema (tese, hipótese, resposta provisória, o que irá demonstrar? A razão do seu trabalho, justificar).				
O gradativo afastamento do atuar deontologicamente em segurança pública;				
Sistemáticos e reduzidos aportes de recursos destinados à Polícia Militar pelos sucessivos governos do Estado, ao longo das últimas décadas.				
Objetivo Geral (o que pretende alcançar com a pesquisa? Esclarecer? Entender? Subsidiar? Propor intervenção? Modelo? Normas? Diagnosticar?)				
Buscar respostas que evidenciem a ilegalidade da aplicação da referida taxa em eventos onde haja aglomeração de pessoas, cessando sua cobrança.				
Objetivos específicos: Ações para execução do trabalho, prever confronto de fontes de informação para enriquecer reflexão.	Metodologia: Operacionalização das ações Método; Técnica; Critérios; Indicadores; Instrumentos para coleta e avaliação dos dados. Cronograma de trabalho.	Revisão de Literatura: Posição oficial à respeito da questão estudada. Busca em livros clássicos, periódicos e base de dados (pressupostos, teorias, leis, comentários, análises, pareceres, propostas, encaminhamentos, testes, pesquisas, etc.)	Desenvolvimento: (Resultado: Relatar as informações tiradas da realidade estudada e suas validações); (Discussão: confrontar as fontes de informação).	Considerações Finais: Analisar o impacto da sua contribuição para solução do problema e situar o significado para a tese e os objetivos pretendidos. Proposta? Recomendações?
- Levantamento histórico dos eventos;	- Revisão de literatura;	- Estrutura organizacional: Doutrina, competência, conduta, embasamento constitucional e inconstitucional.	-	Avaliação: 1. O problema pesquisado e a hipótese de trabalho estão claros e delimitados? 2 Reúne informações suficientes e pertinentes? 3. A metodologia está articulada com o problema de pesquisa? 4. A metodologia e a tese que defende estão sustentadas pela teoria? 5. Confronta as fontes de informação? 6. Toma posição e formula juízo crítico? 7. Até que ponto consegue colocação original superando a pura retomada de texto dos autores? 8. Recomenda novas pesquisas? 9. Segue as regras? 10. Atende as datas?
- Legislação;	- Publicações;	- Pesquisa bibliográfica:	-	
- Pareceres;	- Constituição Federal;	- Pesquisa documental;	-	
- Fundamentação Legal.	- Publicações;	- Literatura orientativa do impacto social da cobrança.	-	
- Constituição Federal;	- Órgãos ligados à área.			
- Cobrança da Taxa:	- Critérios para coleta e avaliação da TSP;	- Teorias que tratam a cobrança:	-	
- Quando teve início;	- O que ampara tal cobrança e posturas atuais do Poder Judiciário em relação à ela	- Lei 10.236/92;		
- Porque foi criada esta lei estadual;		- Constituição Federal;		
- Qual a destinação da verba arrecadada;		- Projeto de Extinção da Taxa pelo Dep. Miltinho Pupio;		
Quais as PM do Brasil que a utilizam;		- Intranet PMPR;		
- Qual a contrapartida da PM para o recebimento da taxa.		- PM do Estado do Pará;		
		- Outros documentos existentes sobre o assunto		